

DESCENTRALIZAÇÃO – INEVITÁVEL OU OPÇÃO? COMO ME DEFENDO?



Até março de 2022, caso o governo do Partido Socialista insista no rumo que tem definido, a gestão de alguns Serviços Públicos será transferida para a responsabilidade dos Municípios. Esta medida, que o governo quer impor a todas as autarquias, mereceu e continuará a merecer a firme oposição da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais!

Em causa estão os Serviços Públicos que têm que ser prestados em todo o País, com igualdade de condições de acesso a todos os cidadãos, realidade que não se pode dividir em 308 velocidades, nem ficar ao sabor da maior ou menor apetência de cada município para as pôr em prática. Na verdade, estamos perante uma desresponsabilização do Estado Central, que atira para as Autarquias Locais as tarefas das quais se quer livrar, pondo em causa elementares direitos dos trabalhadores e das populações.

Caso se concretize, este será um ataque sem precedentes às Funções Sociais do Estado e constituirá um passo muito perigoso no caminho da reconfiguração do Estado, abrindo portas à “participação” de privados na prestação de Serviços Públicos e, naturalmente, à sua privatização.

Como “lobo em pele de cordeiro”, afirmando a necessidade de as respostas “estarem mais perto das populações”, o governo não avança com a necessária Regionalização, que levaria a uma verdadeira descentralização política e impõe ao País um processo que deixará as populações com ainda maiores assimetrias do que as que hoje se verificam.

Prova da incongruência desta imposição é a recusa de muitas Autarquias Locais, de vários quadrantes políticos, em aceitar esta imposição.

Os trabalhadores, como sempre, serão os primeiros a ser atingidos por esta mudança, que será para pior!

Sem serem ouvidos os trabalhadores e as suas estruturas representativas, violando grosseiramente o contrato que estes têm com o Estado e demitindo-o do seu papel constitucional de prestador de Serviços, o que este governo quer, à semelhança dos que o antecederam, é abrir portas para o desmantelamento do Estado como o conhecemos, fragilizando serviços e pondo em causa direitos.

Mesmo obrigando as autarquias locais a assumir a responsabilidade pela gestão de Serviços, os trabalhadores continuarão a exigir das respetivas tutelas respostas às suas reivindicações e a reversão deste processo!

Neste quadro, podem e devem os trabalhadores continuar a contar com a intervenção, ação e luta dos seus Sindicatos, os Sindicatos da Federação, na afirmação das suas propostas e luta por melhores serviços públicos para todos, independentemente de quem gere os Serviços!

SINDICALIZA-TE

**JUNTOS SOMOS
MAIS FORTES!**

JULHO 2021

